



Entre retrocessos e resistências

A Terra de Direitos chega aos 15 anos em um cenário de grandes desafios e ameaças a direitos já conquistados no país. Enquanto reformas estruturais não são encaminhadas, a população brasileira tem sido impactada com projetos e propostas que podem aumentar ainda mais a desigualdade.

Nesse contexto, a atuação em defesa dos direitos humanos e da democracia torna-se ainda mais essencial. Algumas atividades, desafios e conquistas da Terra de Direitos são trazidas neste material.

2017 não foi um ano fácil! Mas foi também um período de muito trabalho, dedicação, conquistas e até mesmo de celebração por esse esforço coletivo que constrói a organização cotidianamente.

Se o cenário nos traz a suspeita de um novo ano cheio de desafios, o compromisso de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil apresenta a certeza de que as dificuldades serão enfrentadas e superadas por meio da organização popular.

Obrigada por ajudar a construir esse projeto de uma sociedade mais justa, de uma Terra de Direitos. Que possamos continuar juntos e juntas nos próximos anos.

Até 2018!





Biodiversidade

O ano de 2017, ainda encadeado pelo golpe institucional de 2016, representou a tentativa de recondução do Estado brasileiro à neoliberalização e à privatização, ampliando o papel que desempenha na divisão internacional do trabalho como exportador de commodities e recursos naturais, cuja base é o latifúndio do agronegócio atrelado às cadeias de empresas transnacionais agrícolas. Assim, a política desempenhada neste ano escancarou nossas feridas coloniais históricas, expropriando e privatizando os bens comuns do povo brasileiro, como a sócio e a agrobiodiversidade, com violência e criminalização.

No Poder Executivo, vimos o desmonte de políticas públicas essenciais para a produção agroecológica, em especial o Programa de Aquisição de Alimentos, a quase inexecução do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a paralisação do Programa Nacional para Redução de Agrotóxicos, além da flexibilização da utilização privada de unidades de conservação, do licenciamento ambiental e do anúncio da liberação da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados.

No Legislativo, avançaram os Projetos de Lei que visam acabar com a rotulagem de alimentos transgênicos, que privatizam ainda mais as sementes na lei de cultivares e que pretendem ampliar a utilização de agrotóxicos.

No Judiciário, houve o início de julgamentos de Ações Diretas de Inconstitucionalidade emblemáticas no STF, como a do Código Florestal e sobre a redução das Unidades de Conservação no Tapajós – ainda com votos aquém do mínimo esperado para a proteção socioambiental.

Mas nesse panorama de desinstitucionalização e retrocessos, os movimentos sociais do campo, povos e comunidades tradicionais reinventam modos de existir e lutar, com criatividade e resistência. Constroem feiras, bancos e trocas de sementes, encontros de agroecologia, reocupam terras e territórios, ampliam a comunicação e a formação, reorganizaram redes e aprofundam laços entre o rural e o urbano. Forjam as bases para um novo período, animando a ofensiva para 2018. Ano que promete ser de brotos e sementeiras.



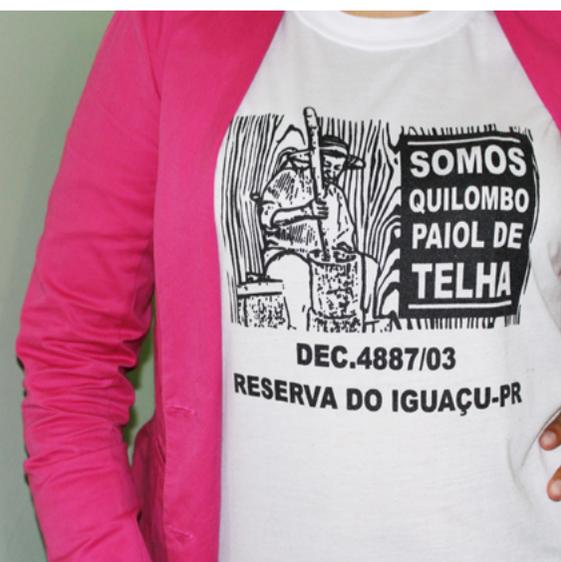


Quilombolas

O ano não foi fácil. Por quatro vezes, a ADI 3239 esteve na pauta do STF, e o Ministro Dias Toffoli votou para aplicar a tese racista do marco temporal. As verbas do Inca para titulação tiveram valores ínfimos. Muitas comunidades foram prejudicadas na implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Nenhum decreto de desapropriação foi assinado pelo presidente golpista. Os mais duros golpes foram os 14 assassinatos de lideranças quilombolas.

Justamente por esse terrível cenário, o ano foi de muitas lutas. Quilombolas e organizações parceiras denunciaram por duas vezes, à CIDH, a morosidade nas titulações. A série Na Raça e Na Cor trouxe diálogos entre lutas possíveis, evidenciando e escutando as vozes das mulheres quilombolas. O protocolo quilombola de consulta, construído pela Federação Quilombola de Santarém (Foqs), segue sendo um instrumento de luta, e o licenciamento ambiental do Porto do Maicá continua suspenso. Constituiu-se na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) um coletivo de assessoria jurídica popular. Este também foi o ano do Encontro Nacional da Conaq, em Belém.

A Terra de Direitos esteve junto nessas lutas, trabalhando para que 2018 seja ainda mais combativo. Venceremos!





Direito à Cidade

Em 2017, assistimos ao desmonte do Conselho Nacional das Cidades, não sem denunciar e disputar a gestão democrática no âmbito local. Produzimos e debatemos soluções alternativas aos conflitos fundiários urbanos com o livro "Experiências de Mediação" e lutamos pela segurança na posse de comunidades pela via judicial e administrativa, conseguindo vitórias como a Costeirinha.

Graças ao apoio de parceiros, a Sociedade Barracão deu passos rumo à urbanização, trazendo esperança para reivindicarmos, na prática, outro modelo de cidade. O desenho de um programa de moradia para população em situação de rua e o diálogo do GT pautaram, em 2017, a necessidade de combatermos a financeirização com outros produtos habitacionais co-construídos pelos beneficiários. O estudo e a incidência sobre o zoneamento de Curitiba e a nova Lei de Regularização Fundiária também foram destaque, aproximando sociedade civil, universidade e movimentos populares em torno da pauta.





Empresas e violações de direitos humanos

O golpe na democracia, que vem aprofundando as desigualdades do país, deu mais espaço (e território) para as corporações ditarem a política brasileira em novos capítulos da história da colonização moderna. O poder empresarial desafia as instituições voltadas à proteção de direitos humanos com duros processos de expropriação e violência. As possibilidades de regulamentação da atividade corporativa definham, para que as diretrizes do Banco Mundial possam ser mais seriamente seguidas pela elite do país.

As fragilidades dos licenciamentos ambientais de grandes obras estruturam uma série de violações de Direitos Humanos que não caem na conta de construtoras, dos setores do governo federal, muito menos no capital chinês e canadense. Tomando como exemplo Bacia do Tapajós, que representa território de fronteira com grande especulação sobre seus recursos para a transação de commodities, trouxe dois exemplos emblemáticos: o início da operação da UHE São Manoel, que impactará as populações (das mais diversas formas, inclusive simbólica e espiritualmente) desde o Alto Tapajós, sem consulta prévia, sem debate aberto e eficiente sobre o relatório de impacto ambiental, e a construção de protocolos de consulta prévia, livre e informada ao longo de toda a Bacia, desde a Mundurukânia, passando pelas comunidades beiradeiras de Pimental e São Francisco, até as comunidades quilombolas, onde o Tapajós encontra o Amazonas.





Conflitos fundiários

O Brasil continua a ser um dos países com maior concentração fundiária do mundo. E não seria durante o governo golpista de Michel Temer que esse quadro se alteraria.

Em 2017, a demarcação de terras indígenas, a reforma agrária, a titulação de territórios quilombolas e a criação de unidades de conservação de uso sustentável estiveram paralisadas. Mas uma das medidas mais gravosas foi a Lei 13.465/17, chamada "Lei da grilagem", que concedeu anistia a grileiros promovendo a "regularização" via pagamento de valores ínfimos. A medida privatiza em larga escala as terras públicas, as florestas, as águas, as ilhas em detrimento de direitos de indígenas, quilombolas e comunitários/es.

A Procuradoria Geral da República ajuizou Ação Direita de Inconstitucionalidade contra a lei 13.465/17, e a Terra de Direitos, em conjunto com outras organizações e movimentos, somará esforços através de *amicus curiae*. Em 2018, a Terra de Direitos seguirá firme na assessoria jurídica popular aos povos dos campos, das águas e das florestas na luta pelo direito a digna no campo!





Defensores e defensoras de direitos humanos

2017 foi um ano de expressiva violência contra os movimentos sociais. Aumento de assassinatos em decorrência de conflitos nos campo, criminalizações, despejos forçados – urbanos e rurais, ameaças, prisões arbitrárias. A Terra de Direitos esteve todo o ano ao lado dos movimentos sociais, povos e comunidades lutando pela defesa dos direitos humanos.

Mas este também foi um ano de muita resistência. Destaca-se o fortalecimento do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDDH), a publicação do dossiê "Vidas em luta", a constituição da Rede Paraense de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, a soltura dos sete integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) presos em decorrência da Operação Castra, e a absolvição de sete lideranças do Tapajós, que respondiam, desde 2010, processo judicial devido à manifestação ocorrida em 2009 – que resultou no incêndio de uma balsa de madeira no Rio Arapiuns.





Democratização da Justiça

O ano de 2017 termina marcado por recuos significativos no que se refere à garantia de direitos, o que exige das organizações e movimentos sociais brasileiros a ampliação da luta por uma agenda política voltada para a democratização da Justiça, especialmente em sua relação com a efetivação dos direitos humanos no Brasil.

Em conjunto com a Articulação JusDh – Justiça e Direitos Humanos, da qual faz parte, a Terra de Direitos atuou, em janeiro, no pedido de acesso à informação e revisão da Resolução do CNJ sobre patrocínio de eventos; em fevereiro, enviou Carta Aberta por transparência e participação social nos processos de nomeação de Ministros/as do Supremo Tribunal Federal, além de ofício com perguntas e pedido de audiência pública sobre a indicação de Alexandre de Moraes ao STF. Em fevereiro, produziu o vídeo/animação sobre "Como acontece o processo de nomeação de ministros e ministras do STF?"

Entre abril e julho, participou de audiência na CIDH para apresentação de casos de violação ao princípio da independência judicial e publicização do tema junto à mídia brasileira. Em maio de 2017, seguiu denunciando a caputra corporativa de empresas, e produziu memoriais sobre política de cotas para conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Em agosto, colaborou na construção de oficina sobre STF com presença da ex-Ministra da Justiça da Alemanha, em São Paulo, e participou de atividade da Rede Desc, no México.

Em setembro, participou do Encontro Nacional da Renap, além de atividades de formação interna no CENDHEC e rodas de diálogo com presença de promotores de justiça, organizações de direitos humanos, estudantes e movimentos sociais; realização, em Fortaleza, em parceria com o Fórum Justiça, de debate sobre litigância estratégica e Defensoria Pública e participação em seminário na USP/Ribeirão Preto sobre litigância estratégica e ocupações.

Em outubro de 2017, realizou em Brasília formação sobre o STF, e apresentou a rede e suas demandas à Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público e à Presidência da Associação Nacional dos Defensores Públicos;

Em novembro, participou de agenda do Fórum de Empresas e DHs em Genebra sobre a captura corporativa, a partir do caso brasileiro do financiamento empresarial de eventos e pagamento de honorários para a magistratura.



Especiais

15 ANOS NA LUTA POR DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA



Terra de Direitos: 15 anos na luta por direitos humanos e por democracia

No ano em que a Terra de Direitos completa 15 anos de atuação, confira a história da organização e o depoimento de algumas pessoas que participam dessa construção contínua:

clique no ícone para ler o material na íntegra



8 de março

Dia Internacional da Mulher

A LUTA
DELAS

#DelasComElas



Delas, com elas

Inspirada nesta luta e no dia internacional da luta das mulheres, a Terra de Direitos promoveu, durante todo mês de março, a série Delas, com elas, iniciativa que pretende visibilizar e fortalecer o trabalho e a voz de mulheres que lutam todos os dias do ano e nos fazem acreditar que é possível apostar num mundo melhor.



NA RAÇA
• E NA COR •



NA RAÇA • E NA COR •

A série especial Na raça e na cor se propôs a visibilizar a luta e resistência das comunidades quilombolas do Brasil através da discussão sobre territorialidade, raça e gênero.

Em um período de cinco meses, a série apresentou um pouco da trajetória dessas comunidades, ilustrando a luta e resistência quilombola de todo o país frente a sistemática violação de direitos a partir da experiência de comunidades quilombolas do Oeste do Pará.

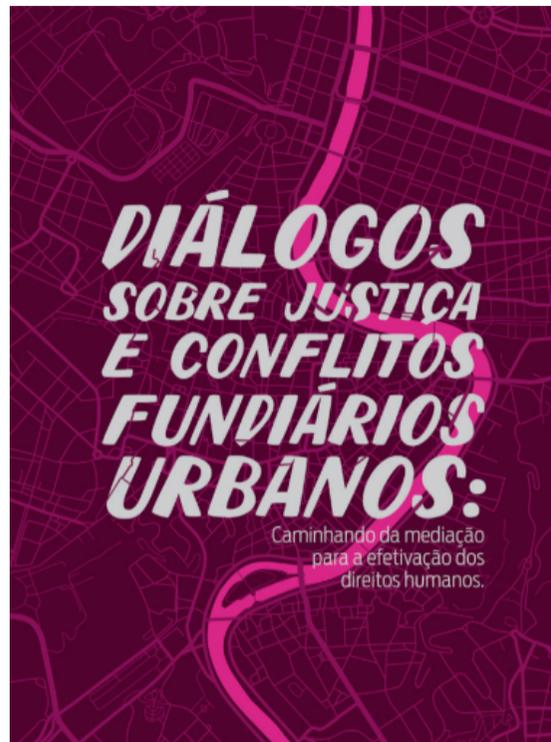
LEIA+



Publicações



Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil



Diálogos sobre Justiça e conflitos fundiários urbanos: caminhando da mediação para efetivação dos direitos humanos



Protocolo de consulta das comunidades ribeirinhas Pimental e São Francisco



Lei Florestal 12.651/12: avanço do direito civil-proprietário sobre o espaço público e os bens comuns dos povos



Levantamento de casos emblemáticos: Responsabilização de atores privados no contexto de violações cometidas contra defensores e defensoras de direitos humanos



Luta quilombola pela terra: conquistas e marcos históricos no Brasil



**Aproveitamos para informar que estaremos em recesso entre os dias
23 de dezembro de 2017 e 2 de janeiro de 2018.**

Acompanhe nossos canais de comunicação:

